

EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE NOVA SERRANA-MG: UMA ANÁLISE TÊMPORO-ESPACIAL ENTRE OS ANOS DE 2009-2019

URBAN EVOLUTION IN NOVA SERRANA-MG: A SPACE-TIME ANALYSIS BETWEEN 2009-2019

EVOLUCIÓN URBANA EN NOVA SERRANA-MG: UN ANÁLISIS TIEMPO- ESPACIAL ENTRE 2009-2019

Adalton de Souza Pena

Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).
Endereço: Rua Silmara Mesquita, nº 202, Bairro Capão, Nova Serrana-MG. CEP 35528-604
E-mail: jheremiasaxe@hotmail.com

William Fortes Rodrigues

Instituto de Geociências- ICG- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Endereço: Rua Porto, nº 935, Bairro São Francisco, Belo Horizonte-MG. CEP: 31255-080
E-mail: willfordrigues@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise da evolução urbana da cidade de Nova Serrana-MG ao longo dos últimos 10 anos. Como desenvolvimento do estudo, os fenômenos e fatores da evolução urbana na cidade foram identificados e discutidos e os resultados demonstram que, durante os anos analisados, houve um aumento de 39% da população, possivelmente de migrantes atraídos pelo setor calçadista no município. Por meio de análise espacial preliminar obtidas por imagens de satélite do *Google Earth*, constatou-se que houve um aumento de 27 km² no perímetro urbano no período analisado. Assim, foi possível observar que tanto o aumento da população quanto a evolução urbana foram muito influenciados pela industrialização da cidade. Conseqüentemente, modificações no espaço urbano, como segregação espacial, gentrificação, aglomerados subnormais e alterações do espaço natural, são nitidamente observadas em Nova Serrana e também responsáveis pela evolução urbana. Tais processos acarretaram ainda o aumento da desigualdade social no espaço urbano, o que levou a construções em locais de risco, demonstrando, assim, uma falta de planejamento urbano.

Palavras-chaves: Evolução urbana; Industrialização; Análise temporal; Nova Serrana.

ABSTRACT

This article presents an analysis of the urban evolution of the city of Nova Serrana-MG over the past 10 years. As a development of the study, the phenomena and factors of urban evolution in the city were identified and discussed and the results demonstrate that, during the analyzed years, there was an increase of 39% of the population, possibly of migrants attracted by the footwear sector in the Nova Serrana. Through a preliminary spatial analysis obtained from Google Earth satellite imagery, it was found that there was an increase of 27 km² in the urban perimeter in the analyzed period. Thus, it was possible to observe that both the population increase and the urban evolution were very influenced by the industrialization of the city. Consequently, changes in urban space, such as spatial segregation, gentrification and abnormal clusters, are clearly observed in Nova Serrana and are also responsible for urban evolution. Such processes also led to an increase in social inequality in the urban space, which led to construction in places of risk, thus demonstrating a lack of urban planning.

Keywords: Urban evolution; Industrialization; Temporal analysis; Nova Serrana.

RESUMEN

Este artículo presenta un análisis de la evolución urbana de la ciudad de Nova Serrana-MG en los últimos 10 años. Como desarrollo del estudio, se identificaron y discutieron los fenómenos y factores de la evolución urbana de la ciudad y los resultados demuestran que, durante los años analizados, hubo un aumento del 39% de la población, posiblemente de los migrantes atraídos por el sector del calzado en el municipio. A través del análisis espacial preliminar obtenido de imágenes satelitales de Google Earth, se encontró que hubo un aumento de 27 km² en el perímetro urbano en el período analizado. Por lo tanto, fue posible observar que tanto el aumento de la población como la evolución urbana estuvieron muy influenciados por la industrialización de la ciudad. En consecuencia, los cambios en el espacio urbano, como la segregación espacial, la gentrificación y los aglomerados subnormal, se observan claramente en Nova Serrana y también son responsables de la evolución urbana. Tales procesos también condujeron a un aumento de la desigualdad social en el espacio urbano, lo que condujo a la construcción en lugares de riesgo, lo que demuestra la falta de planificación urbana.

Palabras clave: Evolución urbana; Industrialización; Análisis temporal; Nova Serrana.

1. INTRODUÇÃO

Ao discorrer sobre os conceitos de urbanização, são notáveis a sua interligação e a sua dependência com o processo de industrialização. Assim, pode-se destacar a urbanização brasileira iniciando-se no século XX com o êxodo rural. Esse processo teve um aumento significativo a partir dos anos 1950 com a mecanização dos campos e o início da industrialização brasileira de forma ativa e organizada (ALVES; SOUZA; MARRA, 2011).

Pode-se dizer que, no território nacional, o êxodo rural no período informado foi intenso na região Sudeste, já que é nessa região que está aglomerada a maioria das indústrias do país (FERNANDES; SILVA, 2017). Consequentemente, nela se concentram as cidades que mais cresceram, tendo, dessa forma, as suas respectivas populações urbanas aumentado progressivamente.

Os grandes fluxos migratórios advindos da região Nordeste nas últimas décadas tornaram a região Sudeste como lugar de maior concentração de migrantes, em função da demanda por mão de obra (FUSCO; OJIMA, 2015), trazendo inchaço para as cidades, que não estavam preparadas, à época, para um grande fluxo de pessoas, o que acabou provocando um crescimento urbano acelerado.

Nesse processo de evolução urbana associado ao de industrialização, Lefebvre (2009) menciona que a industrialização é o motor de transformações das cidades, pois ela é responsável por trazer uma dinâmica que pode ser entendida como modificação do espaço urbano, onde muitas vezes o espaço é modificado de acordo com as necessidades da indústria (COSTA; COSTA, 1997).

Nessa perspectiva, tais características de evolução urbana podem ser observadas na cidade de Nova Serrana-MG (NS). Nela ocorreu, ao longo dos anos, de forma conciliatória, a expansão industrial calçadista, que obteve êxito econômico e garantiu condições atrativas para investidores e mão de obra de várias regiões do país. Esse fato tornou o município um “canteiro de obras”, com aumento de novos bairros e loteamentos, casas populares, galpões industriais e reformulação da região central.

As modificações no espaço urbano de NS mostraram-se mais contundentes na última década, apresentando características similares a grandes cidades do Brasil (DINIZ; CROCCO, 1996; COSTA; COSTA, 1997; LAUTERT; ARAÚJO, 2007).

O desenvolvimento urbano acelerado, sem planejamento, abre incertezas na obtenção de políticas públicas que garantam melhores condições de vida igualitária à população (ROLNIK; KLINK, 2011). Dessa forma, o crescimento econômico apresentado em NS faz transparecer um diagnóstico preocupante quanto à concentração de renda do município e aos novos desafios das

gestões políticas em atender, de modo conciliatório, às duas classes sociais divergentes que povoaram e moldaram diferentes regiões urbanas. Enquanto a classe dos empresários e grandes comerciantes acomoda-se em bairros bem estruturados, a outra parcela da população concentra-se em bairros de casas populares, favelas e invasões. Assim, com esses dados, os governantes têm o desafio de atender à população dentro das condições básicas de infraestrutura, saúde, educação e segurança pública, independentemente da localização na cidade.

Até o momento, são encontrados na literatura estudos realizados em Nova Serrana sobre a migração e a indústria de calçados (CROCCO et al., 2001; SUZIGAN et al., 2005; FERREIRA; FARIA; LEITE, 2016), não havendo, entretanto, uma pesquisa que discuta a relação entre esses processos e a evolução urbana da cidade. Assim, este estudo torna-se oportuno, já que apresenta uma análise tempero-espacial da cidade Nova Serrana-MG, entre o período de 2009 e 2019, com o objetivo de analisar e discutir as transformações urbanas nesse município.

Por meio dessas análises, é possível compreender a dinâmica, os processos e os fatores responsáveis pela evolução urbana da cidade. Como resultado, espera-se contribuir com informações para o poder público no que se refere ao planejamento e à elaboração do Plano Diretor do município.

O desenvolvimento deste estudo ocorreu por meio de análises de fontes secundárias (livros, artigos, revistas, periódicos etc.), tendo sido realizadas pesquisas em plataformas como Scielo e Portal CAPES. Imagens de Satélite foram obtidas no Google Earth entre os anos de 2009 e 2019 para observar a evolução espacial urbana. Além da urbanização, são apresentados dados preliminares e discussões sobre questões ambientais relacionadas à supressão da vegetação por loteamentos em desacordo com o Código Florestal. Dados sobre o censo populacional da cidade de Nova Serrana foram obtidos pelo site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Como estrutura, este estudo apresenta alguns dados e acontecimentos marcantes no processo de urbanização da cidade como a apresentação: - das análises sobre a segregação espacial e a gentrificação no município de acordo com o surgimento dos enclaves fortificados; - do aparecimento dos primeiros aglomerados urbanos ocasionados pela “invasão”; - do aumento do número de novos loteamentos, associados à migração como responsável pelo crescimento significativo da população; - das considerações finais, sem caráter conclusivo.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

2.1. Área de estudo

O município de Nova Serrana (NS) (Figura 1), antigo arraial do Cercado, é localizado na região do alto São Francisco, Centro Oeste de Minas, pertencendo ao termo de Pitangui, importante centro produtor de ouro da Capitania de Minas (DINIZ, 1964), nos primeiros tempos de colonização de Minas Gerais. Esse distrito é elevado à categoria de município com a denominação de Nova Serrana, no ano de 1953, por meio da Lei n. 1.039, de 12.12.1953, desmembrando-se da cidade de Pitangui e se tornando um dos principais polos produtores de calçados do Brasil.

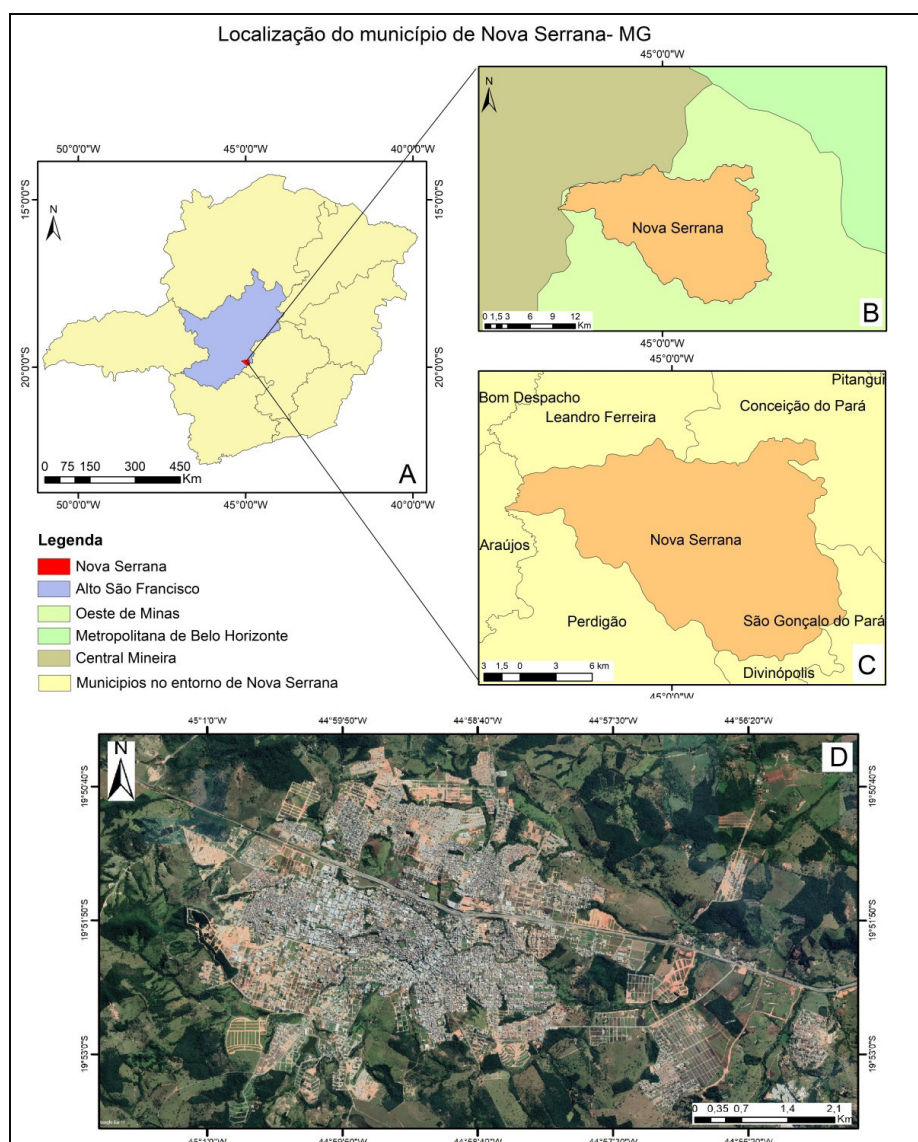


Figura 1- Mapa de localização do município de Nova Serrana-Mg. A: Localização do município na macroregião Alto São Francisco. B: Localização do município na mesorregião Oeste de Minas, com divisa entre a região Central Mineira e Metropolitana de Belo Horizonte. C: Municípios que fazem divisa com Nova Serrana. D: Distribuição espacial de Nova Serrana.

Com uma localização favorável às margens da BR 262, NS fica a 124 km da capital Belo Horizonte e a 42 km de Divinópolis, cidade mais importante e que dá nome à microrregião. As atividades industriais da cidade geram empregos para os municípios vizinhos, que cedem mão de obra diariamente, por meio da migração pendular, e que se tornaram também produtores de calçados devido à influência do polo de NS.

Historicamente a industrialização tem apresentado grande participação no processo de desenvolvimento urbano das cidades, certamente em NS não é diferente, pois é notável que os processos de industrialização e de urbanização estão completamente interligados no município.

Dessa forma, ao analisar o aumento da população e o crescimento da cidade na última década, é possível fazer uma associação com a evolução urbana de NS. Segundo o IBGE, no último censo em 2010, a população do município era de 73.699 pessoas, havia 2.245 empresas atuantes, sendo que 879 eram ligadas ao calçado, que geravam 28.764 empregos. Em 2017, com uma população estimada pelo IBGE de 92332 pessoas, o número de indústrias na cidade passou para 2.421, sendo 1.200 do setor de calçados, propiciando 30.247 empregos, ou seja, um aumento de 26,7% nesse setor.

2.1. Análise espacial

Para compreender a expansão espacial da cidade, as imagens foram utilizadas com base no *Google Earth*. Foram selecionadas imagens de alta resolução temporais (2009, 2013 e 2019) e espaciais. Tal metodologia de uso de imagens públicas disponíveis é indicada por autores como Malarvizhi et al. (2016), devido a facilidade de acesso e por vezes restrições orçamentárias. Para tanto foram selecionadas três imagens temporais, no ano de 2009, 2013 e 2019. Para interpretação da evolução do espaço urbano da área de estudo, foram gerados polígonos que envolveram o uso do solo a partir de edificações e loteamento, usando uma visão ampliada da imagem do *Google Earth*. Foram ainda selecionadas áreas representativas que demonstrassem supressão da vegetação por meio da urbanização. Os polígonos foram exportados em Keyhole Markup Language (KML) do arquivo do *Google Earth* e aplicados na imagem georreferenciada no ArcGIS 10 (Figura 1).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. Evolução espacial associada aos movimentos de migração

Identificar algumas mudanças que ocorreram na estrutura urbana de Nova Serrana (NS) nos últimos dez anos é importante para compreender como o processo de urbanização tem acontecido nas diferentes regiões da cidade.

Dessa maneira, para entender o desenvolvimento urbano em NS na última década é necessário compreender a formação populacional do município e os motivos que fazem centenas de pessoas migrarem todos os anos para a cidade, uma vez que boa parte deles é motivada pelo setor calçadista no município (FERREIRA; FARIA; LEITE, 2016).

Analisar os índices migratórios do município e estabelecer um diagnóstico das cidades e Estados de origem dos migrantes para a cidade de NS não é uma tarefa tão simples, devido à dificuldade de geração de dados e à necessidade de mensurar as demais variáveis demográficas (CUNHA, 2005). Além disso, centenas de migrantes que chegam todo ano à cidade partem de várias partes do Brasil em busca de oportunidades de emprego e são estimulados por relatos de amigos e conhecidos que já tiveram a experiência de morar na cidade.

Segundo dados do IBGE na opção amostra, resultados gerais do Censo de 2010, 68,6% da população não nasceram no município de NS, como mostra o Quadro 1 abaixo, em relação a região de nascimento da população do município de acordo com o Censo 2010.

Quadro 1- Local de nascimento dos moradores de Nova Serrana segundo o censo de 2010 (IBGE, 2010).

Região	Número de pessoas	Porcentagem
Região norte	237	0,32%
Região nordeste	5547	7,5%
Região centro oeste	412	0,55%
Região sul	549	0,74%
Sem especificação	1011	1,37%
País estrangeiro	10	0,01%
Região sudeste (exceto Minas Gerais)	1799	2,44%
Cidades de Minas Gerais	41011	55,6%
Nova Serrana	23123	31,3%

Fonte: IBGE.

A pesquisa do IBGE de 2010, na opção naturalidade em relação à Unidade de Federação, mostra que 55,6% das migrações de NS são advindas de cidades mineiras, principalmente na porção Norte do Estado, especificamente dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, as mais pobres e carentes de recursos. Esses dados apresentam informações importantes sobre o perfil e a participação de migrantes na composição do trabalho no segmento calçadista (FERREIRA; FARIA; LEITE, 2016).

Na segunda posição de migrantes que compõem a população da cidade estão os nordestinos, com o equivalente a 7,5%, conforme dados do IBGE em 2010. Essas informações são importantes para compreender como a região Sudeste, encabeçada principalmente pela cidade de São Paulo, passou a representar o motor da economia brasileira e a imagem da modernidade para os migrantes da Região Nordeste (GOMES, 2006), pois é inegável que o conhecimento adequado dos tipos e das etapas da migração, suas características e significados são requisitos fundamentais para entender não apenas a dinâmica demográfica atual da cidade de Nova Serrana, mas também para prever suas tendências futuras (CUNHA, 2005).

Diante do exposto, associada ao crescimento da população, a expansão urbana ao longo dos 10 anos não demonstra ser diferente (Figura 2). Os polígonos demarcados na Figura 2 demonstram a grande evolução espacial na malha urbana ocorrida em NS nos últimos dez anos. Em 2009, o perímetro urbano era de 15 km², no ano de 2013 representava 21,2 km² e em 2019 é de 41,5 km² com uma porcentagem de evolução espacial de 41,3 % e 176 % nos anos 2013 e 2019, respectivamente (Quadro 2). Esses dados representam uma evolução espacial quase três vezes maior nesse período, quando comparado o ano de 2009 com o de 2019. Nesse período a cidade passou por muitas mudanças em sua estrutura territorial para acomodar o crescimento populacional e industrial. Contudo, esse efeito foi mais sentido nos mercados imobiliários que estiveram em rápida expansão e competição em todas as regiões da cidade, criando novos loteamentos, bairros estruturados para indústrias e conjuntos habitacionais. Nesses locais, quanto mais rápida a expansão e maior o número de empresas atuantes, maior será o desenvolvimento de empreendimentos desconexos e fragmentados espacialmente (RAMOS, 2014).

Quadro 2- Evolução espacial de Nova Serrana entre 2009 e 2019.

Ano	Área Urbana (km ²)	Percentual de crescimento
2009	15	-
2013	21,2	41,3 %
2019	41,5	176 %

Fonte: Google Earth.

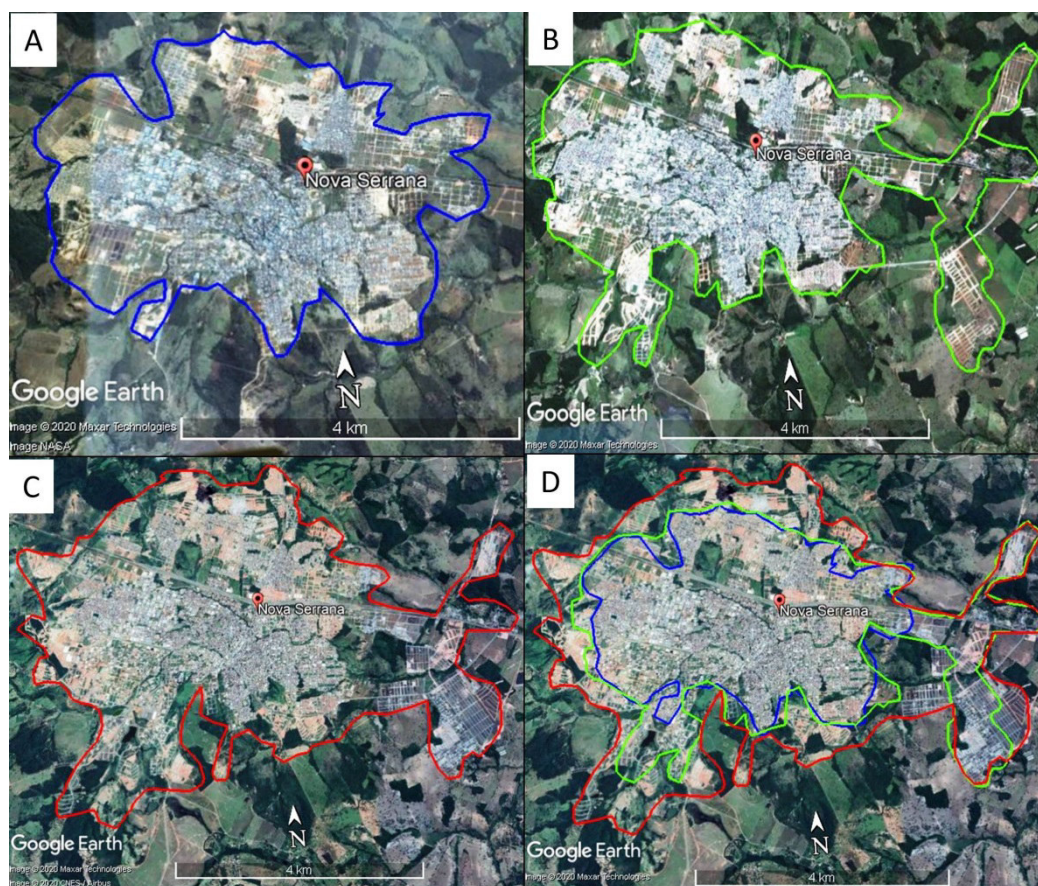


Figura 1-Evolução espacial urbana do município de Nova Serrana-MG: A: a linha azul representa ocupação espacial no ano de 2009 (Perímetro: 15 km²). B: linha verde delimita ocupação espacial em 2013 (Perímetro: 21,2 km²) C: a linha vermelha representa o perímetro urbano atual (2019) é de aproximadamente 41,5km². D: imagem representando os três anos, com linhas sobrepostas a imagem atual. Fonte: Google Earth.

A expansão urbana ocorrida NS em 10 anos retrata a situação de muitas cidades brasileiras que não se prepararam para acomodar um crescimento equilibrado em relação às ações de políticas públicas destinadas para o desenvolvimento urbano e para o aumento significativo da população (AKAISHI, 2011; STAMM et al., 2013; MOSCARELLI; KLEIMAN, 2017). Consequentemente os efeitos negativos têm se refletido na qualidade de vida da população e no meio ambiente (LIMA et al., 2019), o que implica a necessidade de um planejamento urbano, pois conforme cita Hoffmann et al., 2011, pag. 71:

O planejamento urbano de uma cidade, também é conhecido como plano diretor, buscando melhorias na qualidade de vida dos habitantes e na criação de uma área urbana, no desenvolvimento de sua estruturação e apropriação do espaço urbano. Cada cidade possui seu plano diretor elaborado por órgãos e pessoas envolvidas no assunto, agora são necessárias que os estudos e assuntos abordados saiam do papel e tornem-se realidade, para que a cidade possa se desenvolver de acordo com o que foi planejado e definido no seu plano inicial.

As ideias do urbanismo moderno aplicam-se a uma parcela da sociedade, reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios (VIANA, 2009). Nova Serrana teve um aumento do espaço urbano significativo, o que possivelmente foi influenciado pelos objetivos econômicos cultivados pela evolução industrial calçadista. O aumento da população migrante, designada principalmente para mão de obra industrial, implicou a necessidade de avantajar as dimensões da cidade. Assim, muitos bairros

surgiram nessa última década em todas as regiões da cidade. No entanto, as condições estruturais de alguns deles são bem diferentes de outros, não havendo planejamento que possa apontar a tarefa de construir um urbanismo social que congregue os anseios e os direitos de todos os seres que habitam no contexto urbano (VIANA, 2009).

3.2. Enclaves fortificados: segregação no espaço urbano

Segundo Caldeira (1997), a proliferação de enclaves fortificados vem criando um novo modelo de segregação espacial, pois são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho, que representam uma alteração na dinâmica de convivência, distanciamento social e urbano entre a população. Sobre esse conceito, ainda explica Caldeira (1997, pag. 155),

Nas últimas décadas, a proliferação de enclaves fortificados vem criando um novo modelo de segregação espacial e transformando a qualidade da vida pública em muitas cidades ao redor do mundo. Enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. Esses espaços encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vêm atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os "marginais" e os sem-teto.

A segregação urbana ou segregação socioespacial é um fenômeno que, segundo Villaça (2011), consolida-se com características marcantes nas metrópoles brasileiras, pois esse processo altera as relações entre as classes sociais em áreas distintas da cidade. Basta uma volta pela cidade de NS para constatar a diferenciação entre os bairros, tanto no que diz respeito ao perfil da população, quanto às características urbanísticas, de infraestrutura e conservação dos espaços públicos. São facilmente perceptíveis as conotações de um espaço urbano segregado, permitindo-nos uma melhor explicação da estrutura urbana como um todo e de suas articulações com os processos sociais fundamentais e do próprio processo de segregação (VILAÇA, 2011).

Diante da configuração da evolução urbana ou da sua organização espacial, a divisão em territórios ou domínio de classes, por meio do conceito de segregação espacial, é possível identificar as causas e os atores envolvidos nesse processo (NEGRI, 2008). Essa forma de segregação urbana pode ser denominada como voluntária ou autosegregação (MOTTA, 2019), que objetiva enfatizar as diferenças entre as classes, por meio da escolha dos melhores lugares no espaço urbano, dando a esses a característica de exclusividade, especialmente em razão do alto preço da terra urbana e dos seus tipos de habitações, que são confortáveis e amplas (SOUZA, 2019). Essa alternativa imobiliária garante às classes sociais mais ricas lugares cercados por muros ou grades, com uma "arquitetura defensiva", voltada para o seu interior. Esses espaços são monitorados por modernos sistemas de segurança, alarmes, câmeras de circuito fechado, guardas de segurança muitas vezes armados (GOULART; BENTO, 2011).

Em NS são três condomínios fechados, Residencial Parque das Águas e Condomínio Reserva do Vale (Figura 3 A e B). O condomínio Sunset (Figura 3 C e D), no bairro Francisco Lucas, foi o primeiro a ser construído no município em 2012. Fica às margens da Rodovia 262. Os condomínios surgiram nos últimos anos visando atender a alta classe social da cidade, portanto esses lugares carregam as características habitacionais dos "enclaves fortificados", como destacado por Caldeira (1997). Eles representam ainda uma nova alternativa para a vida urbana dessas classes médias e altas de modo que são codificados como algo que confere alto *status*, conforme mencionado pela autora.

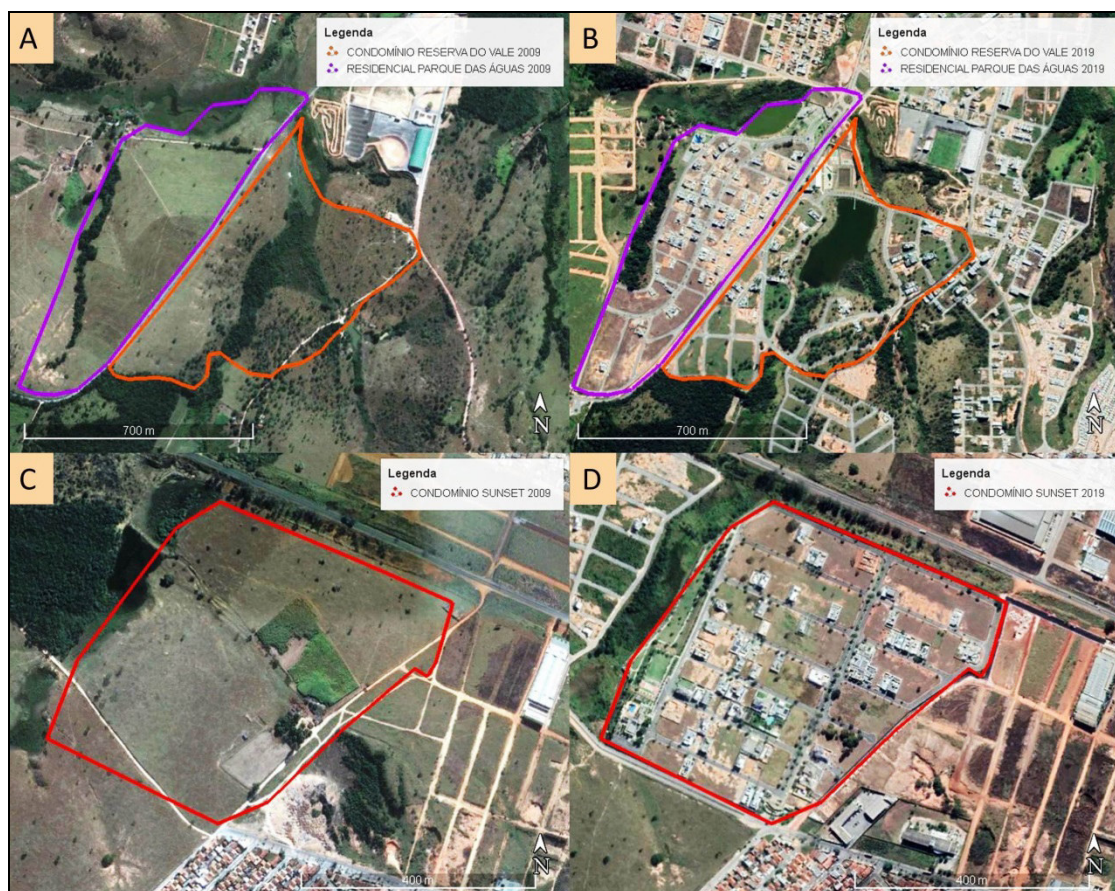


Figure 2- Imagem A mostra as áreas onde seriam construídos os residenciais Condomínio Reserva do Vale e Residencial Parque das Águas em Nova Serrana-MG em 2009. Imagem B descreve as áreas dos residenciais em 2019, observa-se a presença da infraestrutura. A imagem C mostra uma área as margens da rodovia BR 262, onde seria construído o condomínio SUNSET, enquanto a imagem D retrata o condomínio no ano de 2019, com infraestrutura e muitas residências, porém com ausência de área verde. Fonte: Google Earth. Fonte: Google Earth.

Os condomínios fechados em NS são amparados pela lei municipal 1808/2005, que regulamenta a implantação dos condomínios horizontais, portanto essa lei transforma inclusive todo território municipal em zona de urbanização especial. As imagens A e C (Figura 3) mostram as áreas em 2009 que foram utilizadas para construção dos condomínios horizontais no município, de acordo com as imagens do Google Earth, percebe-se que essas áreas tinham uma vegetação rasteira de pastagem para a pecuária e vegetação caracterizando Áreas de Preservação Permanente (APP), no entanto com a consolidação dos condomínios, esses lugares apesar de manter as áreas de vegetação APP's, observa-se uma redução, mas foram construídos parques ecológicos e lagoas na parte interna. O que demonstra uma compensação ou aplicação em acordo com as disposições de proteção da vegetação nativa. A Lei nº 12.651, de 25 de Maio de 2012 (Lei Florestal), no capítulo I, no artigo 3º, inciso II que se referem as Áreas de Preservação Permanente (APP's), como:

área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012).

Eles foram construídos na mesma época e ficam às margens da Rodovia do Calçado, que liga a cidade de NS à cidade de Perdigoão. Esses condomínios possuem áreas com reservas ambientais,

lagoas, espaço de lazer e esporte, o que fortalece as características urbanas dentro de um ambiente reservado. As vantagens de morar em um enclave residencial são refletidas em anúncios que vendem esse produto, pois, além da ênfase na segurança, destacam o silêncio e a tranquilidade do condomínio, dando entendimento de que fazem parte de uma cidade dentro da cidade (GONÇALVES; GOULART, 2019).

Além da segregação urbana, é observado também o fenômeno da gentrificação. Segundo Furtado (2014 p. 342), a gentrificação pode ser considerada como um processo de (re)estruturação urbana, de acordo com as necessidades do modo de produção dominante na economia em sintonia com os propósitos da estrutura dominante da sociedade. Em concordância com a autora, esse processo em NS é evidenciado por meio da revitalização da região central, que tem como intuito a modernização do espaço e a valorização imobiliária, em detrimento das pequenas construções centrais que detinham grande relevância para a história cultural da cidade, levando à desmemorização do passado (ABREU, 1998).

É notável que essa revitalização em NS visa atender uma demanda comercial crescente no município. Conforme cita Mendonça (2017), essas modificações e a modernização nos centros urbanos ocorrem com o intuito de valorizar o capital, bem como extrair renda por meio da valorização da propriedade imobiliária.

Dessa maneira, evidencia-se essa nova reformulação do espaço urbano em NS: enquanto a população pobre é direcionada intencionalmente para as áreas subnormais e conjuntos habitacionais populares; a classe alta, formada pelos grandes empresários calçadistas e comerciantes, busca moradias luxuosas e seguras nos condomínios fechados, deixando a região central da cidade para a gentrificação comercial, havendo, assim, uma revalorização desse perímetro (CERQUEIRA, 2014).

Situações semelhantes ocorrem em outras cidades brasileiras, pois o processo de urbanização no Brasil ao longo do século XX desenvolveu a base do centro para a periferia (GOULART; GONÇALVES, 2019). As maiores oportunidade de emprego, concentrações industriais ocorriam nos grandes centros urbanos, sendo que, ao redor desses centros, aconteceu a periferação, fragmentada, de maneira espalhada, desprovida de planejamento urbano e infraestruturas (SANTOS, 1993; LEVY, 2010).

Nesses espaços, é claramente observada a segregação espacial, embora muito comum em grandes cidades (CANETTI, 2015; GOULART; GONÇALVES, 2019; VILLAÇA, 2011; ZECHIN; HOLANDA, 2019), pode se dizer que esse fenômeno ocorre em outras escalas urbanas (JÚNIOR, 2010), como foi constatado em NS.

Em relação à indústria e à fragmentação do espaço, outra questão pode ser abordada, como a segregação por categoria funcional (COSTA; COSTA, 1997). Por meio desse processo, desencadeia-se a segregação sócio espacial por padrões habitacionais entre moradias de funcionários bem remunerados, sendo essas, sobretudo, em condomínios ou ainda em bairros com melhores infraestruturas, vigilância, *versus* as moradias de colaboradores com salários inferiores.

Essas questões vão ao encontro com a fala de Mendonça (2002), quando uma parcela da população perde o acesso e o direito à cidade, levando a percepção de uma discriminação. Esse assunto vai além da morfologia, podendo ser ocorrente até na desigualdade de acesso a serviços públicos (ARRETCHE, 2018).

Em NS a valorização imobiliária em alguns bairros demonstra o interesse de uma parcela da população formada pela classe alta, representada por donos de indústrias de calçados e comércios, em se apropriar de regiões da cidade específicas para morar, tornando o espaço urbano polarizado, reafirmando esse processo contemporâneo de urbanização. As principais razões dessa mudança é a difusão de empreendimentos imobiliários nas franjas e periferias urbanas que atendem às populações de maior poder aquisitivo: são conjuntos de moradias horizontais ou verticais, centros de lazer e consumo, prédios de escritórios etc. (GOULART; GONÇALVES, 2019).

3.3. Invasões ou aglomerados subnormais: a formação de comunidades nos espaços urbanos

A todo o momento são vivenciadas grandes transformações urbanas na cidade de Nova Serrana (NS), pois o seu aumento populacional chegou a 39% em relação ao censo de 2010 (73.699), superando cidades como Divinópolis, que é a maior da região Centro Oeste de Minas, que teve um aumento populacional desde o censo 2010 de 10,5%, e a capital mineira Belo Horizonte, que aumentou 5,4% sua população desde 2010. Essa informação baseou-se em dados do IBGE de que NS foi um dos municípios que mais cresceram em Minas Gerais na última década, por meio da estimativa de 2019, (102.693). Portanto entende-se como necessária a reformulação urbana com o objetivo de compreender como a cidade se comportou nos últimos 10 anos para acomodar quase 40% a mais de pessoas em seu território.

Em NS, essas condições permitem que as pessoas procurem moradias nos limites das cidades. Alguns estudos apontam a falta de oferta de moradias para a população de baixa renda (BALTRUSIS, 2010; PASTERNAK; D'OTTAVIANO, 2016; MONTEIRO; VERAS, 2017). Esse fato pode ser associado a uma segregação involuntária, quando os atores urbanos não conseguem resistir às mudanças devido às condições socioeconômicas (SILVA, 2014). Assim, são formados os aglomerados subnormais (IBGE, 2011) ou favelas, que se tornam espaços e ou lugares sem infraestrutura e saneamento básico em construções precárias. Normalmente essas zonas periféricas são denominadas bairros de “invasão”, sem regulamentações fundiárias, que passam pela ilegalidade jurídica do contexto legal das cidades, ocasionando alguns conflitos na tentativa de obtenção da documentação da terra (SOUZA, 2001; SILVA, 2014).

Em decorrência a esse fato, no município de NS, alguns bairros com áreas invadidas, principalmente aquelas próximas de córregos e de Áreas de Preservação Permanente (APPs), trazem grandes preocupações aos órgãos públicos. Esses locais caracterizam-se como áreas de risco de inundação. Nessa complexa lógica do tecido urbano, tendo em vista essa situação, populações com baixas rendas vivem segregadas tanto do direito quanto do acesso aos bens e serviços de grande parte da estrutura urbana existente nas cidades (VIANA, 2009).

O surgimento de novos loteamentos por toda cidade de NS nessa última década (Figura 4; Quadro 3), evidencia evolução urbana desenfreada, simplesmente suprimindo áreas com cobertura da vegetação com características de APP's (Figura 4).



Figura 4: Imagens representando a extensão (polígonos verdes) de áreas vegetadas em 2009 e comparadas com o ano de 2019. L1: Bairros Santa Helena e Empresarial Dona Zeli I L2: Bairro Prolongamento Araguaia e L3: Bairros José Rodrigues Costa e Sandra Regina.

Contudo não é possível identificar um eixo claro e específico dessa expansão, tendo em vista que muitos empreendimentos construídos há mais de 20 anos, ainda continuam parcialmente desocupados, portanto esse crescimento desordenado deixa brechas para a evolução da habitação irregular em áreas de preservação, ou em áreas destinadas ao município. Por meio dos dados acima, nota-se que essas áreas no município tiveram suas áreas de vegetações suprimidas, com alterações representativas devido ao crescimento urbano. Alterações significativas são observadas na área L3 (áreas I e II), das quais apresentam remanescente de 15,5 % e 9,6 % da vegetação, respectivamente (Quadro 3).

Quadro 3- Áreas de cobertura da vegetação suprimidas na última década de acordo com a Figura 4.

Id.	Bairros	Cobertura vegetação (m²) - 2009	Cobertura vegetação (m²) - 2019	Remanescente (%)	
L1	Santa Helena e Empresarial Dona Zeli I	665.78	304.51	45,7	
L2	Prolongamento Araguaia	88.42	37.89	42,8	
L3	José Rodrigues Costa e Sandra Regina	I	150.97	23.44	15,5
		II	62.53	6.01	9,6
		III	19.20	19.20	100

Fonte: Google Earth.

Atualmente são considerados bairros com infraestrutura completa e regularização fundiária. Quanto à supressão da vegetação, é citado no capítulo V, no artigo 26, diz que, a supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá do cadastramento do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR), de que trata o art. 29, e de prévia autorização do órgão estadual competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) (BRASIL, 2012). No entanto, esses atos irregulares foram difundidos na cidade de NS implicando uma série de danificações na estrutura ambiental de alguns bairros e levando incertezas quanto ao cumprimento do Código florestal. As incertezas ainda podem ocorrer até mesmo pelo novo Código Florestal, por meio da ampliação da possibilidade de ocupação de topos de morros, e alteração das alturas mínimas para conservação do relevo e delimitação de APP (OLIVEIRA; FERNANDES FILHO, 2013).

Tendo em vista essa situação alarmante em desacordo com as determinações contidas no código florestal brasileiro, que prevê restrições de distanciamento mínimo da ocupação em relação a cursos d'água, e delimitações em relação as áreas de preservação permanentes (APP's), o município em 2018 assinou um decreto que regulamenta o Estudo de Impacto de Vizinhança no município (EIV), decreto municipal de número 071/2018, estabelecendo uma lei municipal para definir os empreendimentos e atividades privadas ou públicas em área urbana. Entretanto, apesar do regulamento, é preciso agora tomada de decisões para reestabelecer as áreas suprimidas, do contrário as cidades continuarão a expressar sérios problemas, permanecendo como um território cada vez mais caótico e segregado (SILVA; WERLE, 2007).

Outro exemplo de aglomerado subnormal é o bairro Industrial José Silva (Figura 5), localizado próximo às margens da BR-262. Esse bairro surgiu por meio de interesses políticos, pois sua estrutura foi doada para atender a alguns empresários do município no início dos anos 2000, com o objetivo de expandir as indústrias calçadistas para uma proposta de um complexo industrial. Contudo, esse plano não foi concretizado, e os lotes deveriam ser devolvidos para ao município, o que não aconteceu.



Figure 5- Imagem A mostra o bairro Industrial Jose Silva demarcado, e áreas com vegetação em 2009. Enquanto a Imagem B mostra o bairro totalmente habitado em 2019. Fonte: Google Earth

Devido à demora na agilização da posse e da construção por parte dos empresários, essa área ficou vulnerável à invasão, e muitas pessoas decidiram se apropriar dela, demarcando seus terrenos de forma irregular. Após mais de uma década de conflitos e despejos, a administração pública, por meio do Projeto de Lei nº 2.585/2018, autorizou o Poder Executivo Municipal a promover procedimento administrativo para reincorporação ao patrimônio público municipal (NOVA SERRANA, 2018). Assim, ficou decidido o início do processo de institucionalização das invasões do bairro Industrial José Silva em NS, com a cessão de alguns documentos que certificavam a regulamentação fundiária, formalizando o bairro, que é denominado popularmente como “invasão”.

Esses lotes, além de apresentarem uma infraestrutura precária, não têm o cuidado do poder público local, pois, apesar de terem sido liberadas as documentações para os moradores, não há qualquer medida conciliatória para uma habitação com condições mínimas de sobrevivência. Essa situação é corroborada por uma reportagem veiculada no Jornal Estado de Minas, por Lima (2013), a autora destaca sobre início da formação do bairro Industrial José Silva, mostrando os impasses entre a Prefeitura e os “invasores”. Nessa data já havia cerca de 500 famílias com ocupações irregulares, sendo que, desde então, nenhuma providência foi tomada pelos órgãos públicos, e atualmente o bairro encontra-se totalmente habitado (Figura 5).

Entre os anos de 2013 e 2014, foram sorteadas e entregues 370 casas do Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, no bairro Cidade Nova, seguindo alguns critérios e procedimentos estabelecidos para a seleção dos beneficiários, de acordo com a Portaria n. 610/2011, do Ministério das Cidades. Por meio desse programa habitacional, o município diminuiria o número de famílias em condições habitacionais precárias e estaria em acordo com o Plano Diretor do Município, que estabelece, no Capítulo II, das Políticas Sociais, na subseção I (Políticas Habitacionais), artigo 109, item 5, letra D, que diz “compatibilização da política habitacional com as diretrizes relacionadas à expansão e ocupação urbana, legislação urbanística, tributação, financiamento e inovação tecnológica da construção civil”. No entanto, os programas habitacionais da cidade de Nova Serrana não foram suficientes para garantir moradia para muitas famílias que fazem parte das áreas suburbanas. Portanto, fica a cargo da gestão municipal cumprir ao menos a Lei n. 10.257/2001, denominada Estatuto das Cidades, que, no art. 2º do item XIV, diz,

(...) regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

Dessa forma, cumprindo o acima estabelecido, os moradores das “invasões” de NS em estado de habitação precária teriam uma melhor estrutura em suas residências e mais dignidade no viver.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse pelos acontecimentos urbanos da cidade de Nova Serrana desperta a atenção de grande parte de sua população, que diariamente vivencia diversos fatos que produzem enormes curiosidades no entendimento geográfico do município. Foi constatado, neste estudo, que o processo migratório recorrente em Nova Serrana, que atrai centenas de pessoas de todas as idades e de várias partes do Brasil, está relacionado à necessidade de mão de obra para atender a demanda crescente das indústrias de calçados da cidade. Entretanto, os resultados obtidos neste artigo, embasados nas pesquisas do IBGE, demonstraram que Nova Serrana é uma das regiões no Oeste de Minas que mais atraem pessoas pelo mercado de trabalho do município, esclarecendo, assim, os detalhes do aumento da população e seus condicionantes para o processo de evolução urbana.

O aumento da população no município, no período apresentado no estudo, contribuiu significativamente para definir toda a estrutura urbana atual, que passou por mudanças e revitalizações estratégicas na região central da cidade, e pela criação de bairros direcionados às indústrias, visando atender uma especulação imobiliária crescente. Sendo assim, os espaços habitacionais centrais deram lugar a ramificações comerciais diversas, e o distanciamento industrial, que dificultava as tratativas logísticas e a deficiência energética, ganhou, nesses 10 anos, melhores condições de acomodação industrial.

Questionamentos relacionados ao processo de segregação urbana da cidade de Nova Serrana foram esclarecidos no estudo por meio de um mapeamento têmporo-espacial elaborado com imagens de satélite do Google Earth, que desencadearam uma discursão sobre as principais alternativas urbanas de povoamento, retratando as relações habitacionais repulsivas entre as classes sociais, que são expostas a realidades distintas de segregação. Enquanto a classe alta representada principalmente pelos donos de indústrias calçadistas abrigam-se em seus confortáveis residenciais e condomínios fechados, outra parcela da população acomoda-se em comunidades ou áreas subnormais, à espera de sua regularização fundiária ou de um sorteio de uma casa popular do Programa Minha Casa Minha Vida. Observou-se ainda a redução de áreas vegetadas, embora o estudo não apresente dados aprofundados de classes do uso solo/vegetação, por meio das imagens de satélite de algumas áreas selecionadas constatou-se uma redução das áreas vegetadas na malha urbana, dos quais deveriam ser preservados por determinação legal. A partir do panorama de 10 anos analisados, o município passou por sucessivas transformações no espaço urbano. Diante disso, pode-se considerar também que o cidadão nova-serranense que acompanhou e vivencia tal transformação, sem que lhe seja dada a importância de sua identidade e pertencimento da cidade, pode estar fragilizado ou enrijecido, levando em consideração os resultados apresentados neste estudo.

Assim, esta pesquisa trouxe apontamentos iniciais que permitem a ampliação e a necessidade de mais análises sobre as questões urbanas de NS, de maneira que os gestores públicos possam atuar com ações efetivas no planejamento urbano e na aplicação de um Plano Diretor que atenda as demandas urbanas e ambientais atuais, a fim de poder transformar positivamente a realidade urbana da cidade nos tempos atuais, assim como para os próximos anos. Além disso, há de se levar em consideração as pessoas que ali vivem e contribuem para a identidade cultural e social de Nova Serrana.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 5-26, 1998.
- AKAISHI, A. G. Desafios do planejamento urbano-habitacional em pequenos municípios brasileiros. **Revista Risco**, v. 14, n. 2, p. 41-50, 2011.
- ALVES, E.; SOUZA, G.; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de política Agrícola, Brasília**, ano 20, n. 2, p. 80-88, Abr/Maio/Jun./2011.
- ARRETCHE, M. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil. A inclusão dos outsiders. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, pp 1-2, 2018.
- BALTRUSIS, N. Transformações do modo de morar nas metrópoles contemporâneas: novos discursos, velhos problemas. **Cad. CRH [online]**. v. 23, n. 59, p. 235-253, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000200003>. Acesso em 23 abr. 2020.
- BRASIL. Estatuto da Cidade. **Lei 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em 31 mai. 2020.
- _____. **Lei n. 12.727, de 17 de outubro de 2012**. Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. 2012a. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Ano CXLIX, n. 202, 18 outubro 2012. Seção 1, p.1. Disponível em: <http://portal.in.gov.br/>. Acesso em 23 Nov. 2020.
- CALDEIRA, TEREZA. **Enclaves Fortificados: A nova segregação urbana**. São Paulo, 1997.
- CANETTIERI, T. Uma nova segregação metropolitana: as periferias fractais – evidências encontradas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **R. B. Estudos urbanos e regionais**, v. 17, n.2, p. 25-39, 2015.
- CERQUEIRA, E. (2014). A evolução das formas de gentrificação: estratégias comerciais locais e o contexto parisiense. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 417-436.
- COSTA, H.; COSTA, G. Ouro Branco/Açominas: um último capítulo da história da produção do espaço para a indústria. **Geonomos**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 65- 72, 1997.
- CROCCO, M.; SANTOS, F.; SIMOES, R.; HORACIO, F. **O arranjo produtivo calçadista de Nova Serrana**. In: TIRONI, L. F. (Coordenador). **Industrialização descentralizada: sistemas industriais locais**. Brasília: IPEA, 2001.
- CUNHA, J.M. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 3-20, 2005.
- DINIZ, C; CROCCO, M.A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, 6, p. 77-103, 1996.
- DINIZ, S. **Pesquisando a História de Pitangui**. Imprensa Oficial, 1964.
- FERNANDES, M. G. S.; SILVA FILHO, L. A. DA. Espacialização industrial brasileira e nordestina: retratos e retalhos da fragmentação de um território. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 7, n. 1, p. 95-114, 12 maio 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.24302/drd.v1i1.1302>. Acesso em: 30 de mai. 2020.
- FERREIRA, L.H; FARIA, A; LEITE, A.F. **Migração e mercado de trabalho: Uma análise sobre o município de Nova Serrana-MG e sua indústria calçadista**. Trabalho apresentado no VII Congresso de la Asociación LatinoAmericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Foz do Iguaçu/PR – Brasil, de 17 a 22 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2913/2777>. Acesso em: 13 mai. 2020.
- FURTADO, C.R. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. **Cad. Metrop.** São Paulo, v. 16, n. 32, p. 341-364, 2014.
- GOMES, S. Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo: o comércio de retalhos. **Imaginario**, São Paulo, v. 12, n. 13, p. 143-169, dez. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 jun. 2020.

GOULART, J. O.; BENTO, P. P. Enclaves fortificados e segregação urbana: o caso de Jundiá. **Sociedade e Cultura**, v. 14, n. 1, p. DOI: 10.5216/sec.v14i1.15692, 19 set. 2011.

GOULART, J.; GONÇALVES, C. Enclaves fortificados e segregação urbana: a dinâmica contemporânea de urbanização de Ribeirão Preto. **Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo** (Online), 17(2), 41-59. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v17i2p41-59>. Acesso em: 05 jun. 2020.

HOFFMANN, R.C; MIGUEL, R.A; PEDROSO, D.C. A importância do planejamento urbano e da gestão ambiental para o crescimento ordenado das cidades. **Revista de engenharia e tecnologia**. v. 3, n. 3. 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010: aglomerados subnormais – primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2011b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=792>. Acesso em: 23 abr. 2020.

IBGE -INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CIDADES. BRASIL. MG. NOVA SERRANA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/nova-serrana/panorama>. Acesso em: 31 mai. 2020.

JUNIOR, O. Segregação urbana em cidades pequenas: algumas considerações a partir das escalas intra e interurbana. **RAEGA**, Curitiba, n. 20, p. 133-142, 2010.

LAUTERT, V.; ARAÚJO, N. Concentração industrial no Brasil no período 1996-2001: uma análise por meio do índice de Ellison e Glaeser (1994). **Economia Aplicada**, v. 11, n. 3, p. 347-368, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-80502007000300002>. Acesso em: 04 jun. 2020.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Editora Centauro: 5ª EDIÇÃO, 2009.

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.930/2007. PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE NOVA SERRANA – MG

LEVY, D.R. Os condomínios residenciais fechados e a reconceitualização do exercício da cidadania nos espaços urbanos. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], n. 7, mar. 2010. ISSN 1982-4807. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/13992>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

LIMA, S.M; LOPES, W; FACANHA, A. Desafios do planejamento urbano na expansão das cidades: entre planos e realidade. **Urbe. Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v.11, e20180037, 2019. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217533692019000100253&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 abr. 2020.

LIMA, SIMONE. Invasão de lotes em Nova Serrana provoca impasse entre prefeitura e invasores. **Jornal Estado de Minas. Minas Gerais**. 22/01/2013. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/01/22/interna_gerais,345252/invasao-de-lotes-em-nova-serrana-provoca-impasse-entre-prefeitura-e-invasores.shtml. Acesso em: 20 Abr. 2020.

MALARVIZHI, K., KUMAR, S. V., AND PORCHELVAN, P. Use of High Resolution Google Earth Satellite Imagery in Landuse Map Preparation for Urban Related Applications. **Procedia Technology**, 24, 1835-1842, 2016.

MENDONÇA, J. **Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. 2002. 269f. Tese (Doutorado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/lab-urb/wp-content/uploads/2013/11/tese-jupira.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MENDONÇA, M. C. Modernizar para o capital: estratégias de valorização do capital na construção de Vitória-ES (1889-1930). **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 1, p. 8-31, 2017. ISSN 2179-0892.

MINAS GERAIS. **Lei nº 1.039 de 12 de dezembro de 1953**. Estabelece a Divisão Administrativa e Judiciária do Estado de Minas Gerais. Legislação Mineira. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova_min.html?tipo=LEI&num=1039&ano=1953. Acesso em: 23 abr. 2020.

MONTEIRO, A. R.; VERAS, A. T. A questão habitacional no Brasil. **Mercator** (Fortaleza) [Online], 16. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.4215/rm2017.e16015>. Acesso: 23 abr. 2020.

MOSCARELLI, F.; KLEIMAN, M. Os desafios do planejamento e gestão urbana integrada no Brasil: análise da experiência do Ministério das Cidades. **Urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v. 9, n.2, p.157,171. Aug. 2017. Disponível em: Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692017000200157&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23, abr. 2020.

MOTTA, G. A. **Fragmentos urbanos: segregação socioespacial em Uberlândia/MG**. In: Jeanine Mafrá Migliorini. (Org.). *Arquitetura e Urbanismo: Forma, Espaço e Design*. 1ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019, v. p. 65-78. Disponível em:

https://www.academia.edu/40270111/Fragmentos_Urbanos_Segrega%C3%87%C3%83o_Socioespacial_Em_Uberl%C3%82NDIA_MG. Acesso em: 09 jun. 2020.

NEGRI, S. M. **Segregação sócio-espacial: Alguns Conceitos e Análises**. coletâneas do nosso tempo, Rondonópolis - MT, v. VII, nº 8, p. 129 a 153, 2008. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/information/authors>. Acesso em: 10 jun. 2010.

NOVA SERRANA. **Lei nº 2.585, de 27 de agosto de 2018**. Regularização Fundiária Urbana – Reurb. Nova Serrana: Câmara Municipal, [2018]. Disponível em: https://www.novaserrana.cam.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Lei_2585_2018?cdLocal=5&arquivo=%7BB30ADEBB-3E71-BAE4-BCE8-EC4E6CC2CD05%7D.pdf. Acesso em: 20 Abr. 2020.

OLIVEIRA, G.C.; FERNANDES FILHO, E.I. Metodologia para delimitação de APPs em topos de morros segundo o novo Código Florestal brasileiro utilizando sistemas de informação geográfica. In: *Anais SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO*, 16., Foz do Iguaçu, PR 2013. **Anais...** Foz do Iguaçu/ PR: INPE, 2013. p.4443-4450. OJIMA, R.; FUSCO, W. "**Migrações e nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização**", p. 11 -26. In: *Migrações Nordestinas no Século 21 - Um Panorama Recente*. São Paulo: Blucher, 2015.

PASTERNAK, S.; D'OTTAVIANO, C. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010. **Cad. Metrop.** São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 75-99, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cm/v18n35/2236-9996-cm-18-35-0075.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

RAMOS, F. **Análise da evolução dos padrões de urbanização em cidades médias da Amazônia**. Projeto URBISAmazônia. São Paulo, 2014. Disponível em: http://www.dpi.inpe.br/urbisAmazonia/lib/exe/fetch.php?media=urbis:urbisamazonia:bolsistas:fred_relatorio_final_urbis.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

ROLNIK, R; KLINK, J. J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Anais**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2011. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002201055>. Acesso em: 07 de jun. 2020.

SANTOS, M. **A Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, C. C. G. Segregação socioespacial, direito a cidade e produção dos medos urbanos: uma questão de direitos humanos? In: XXIII Congresso nacional do CONPEDI, 2014, João Pessoa. *livros do XXIII conpedi*. João Pessoa: CONPEDI, 2014. p. 473-489.

SILVA, G. J. A.; WERLE, H. J. S. Planejamento urbano e ambiental nas municipalidades: da cidade à sustentabilidade, da lei à realidade. **Paisagens em Debate (USP)**, n. 5, p. 01-24, 2007.

SOUZA, A. G. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras: (re)qualificando a questão para Salvador-BA. **Cadernos metrópole**, São Paulo, n. 5, p. 63-89, 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/viewFile/%209297/6901>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

SOUZA, M. Práticas espaciais: reflexões sobre a segregação urbana e as cidades fragmentadas do litoral norte do Rio Grande do Sul. Seminário internacional: demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea. **Rio Grande do Norte, 2019. ISSN 2358-3010**.

STAMM, C.; STADUTO, J. A. R.; LIMA, J. F.; WADI, Y. M. A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil. **Revista Interações**, Campo Grande, v. 14, n. 2, p. 251-265, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/inter/v14n2/a11v14n2.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J.; GARCIA, R.; SAMPAIO, S. **A indústria de calçados de Nova Serrana (MG)**. São Paulo, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512005000300004. Acesso em: 05 de jun.2020.

VIANA, L. F. Metamorfoses do espaço urbano: Possibilidades para um Urbanismo Social. In: XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO, 2009, Macéio - AL. *Ruralidades, cidades e produção de territórios de existência*, 2009. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/590.%20metamorfoses%20urbanas.pdf. Acesso em:



em: 10 jun. 2020.

VILLAÇA, F. *São Paulo: segregação urbana e desigualdade*. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, 2011.

ZECHIN, P.; HOLANDA, F. Atributos espaciais da desigualdade nas grandes cidades brasileiras: uma relação entre segregação e morfologia. **Cad. Metrop.** [online]. 2019, vol.21, n.44, pp.55-78. Epub Apr 15, 2019. ISSN 2236-9996. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4403>. Acesso em: 01 jun. 2020.